

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**EXCLUSÃO SOCIAL – A CRIANÇA EM FAMILIAS VULNERAVEIS
SOCIALMENTE**

Débora Freitas dos Santos

Lilian Aparecida de Oliveira Melo

Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro

SANTOS / SP

2019

**DÉBORA FREITAS DOS SANTOS
LILIAN APARECIDA DE OLIVEIRA MELO**

**EXCLUSÃO SOCIAL - A CRIANÇA EM FAMÍLIAS VULNERÁVEIS
SOCIALMENTE**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas - ICH da Universidade Paulista como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro

**SANTOS / SP
2019**

Melo, Lilian Aparecida de Oliveira

Exclusão social – **a criança em famílias vulneráveis socialmente.** /
Débora Freitas dos Santos. Santos/ SP, 2019, p. 64.

Monografia (Trabalho de Curso)
Universidade Paulista - UNIP, 2019.

Instituto de Ciências Humanas – ICH
Curso de Serviço Social

Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro

1. Exclusão.
2. Vulnerabilidade.
3. Família.
4. Criança

Curso de Serviço Social
UNIP / Campus Santos / Período Noturno

2019

Débora Freitas dos Santos
Lilian Aparecida de Oliveira Melo

Exclusão social – a criança em famílias vulneráveis socialmente

Comissão Examinadora:

Examinador (1)

Examinador (2)

Examinador (3)

Coordenador de Curso

Observações:

DATA DA APROVAÇÃO: ____ / ____ / ____

Dedico este trabalho a Deus, a nossas famílias
e a luta por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Aos professores

Evandro Prestes Guerreiro,

Camila Papa,

Silvana Rached Elias,

Ana Lucia dos Santos e

Fausta Mello.

“Não é a consciência que precede ao ser social, mas é o ser social real que precede a consciência. ”

Karl Marx

ÍNDICE

RESUMO.....	IX
ABSTRACT	X
LISTA DE SIGLAS	XI
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	XII
LISTA DE QUADROS E TABELAS	XIII
1. APRESENTAÇÃO	14
1.1. Introdução.....	15
1.2. Objetivos.....	18
1.2.1. Objetivo geral	18
1.2.2. Objetivos específicos	18
1.3. Justificativa	18
1.4. Problema de pesquisa.....	19
1.5. Hipótese	19
1.6. Metodologia	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1. Seção 1	25
2.2. Seção 2	27
2.3. Seção 3	28
2.4. Seção 4	30
2.5. Seção 5	33
2.6. Seção 6	34
2.7. Seção 7	36
2.8. Seção 8	40
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	43
3.1. Abordagem metodológica do estudo	43

4. CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a influencia da exclusão social na família e na criança. Através deste estudo busca-se identificar e compreender as dificuldades enfrentadas pela família em situação de vulnerabilidade social. Por meio de assuntos sobre as relações sociais e o serviço social de Marilda Vilela lamamoto; O auge do capitalismo abordado por Erick Hobsbawm; A questão social no Brasil Josiane Soares Santos; A questão social e suas conseqüências como manutenção do sistema capitalista por Jose Paulo Netto; Os assalariados abordado por Robert Castel; Cristina de Oliveira Zamberlam referente a questão da família; A compreensão do sentimento da infância segundo Philippe Aries; A historia da criança no Brasil exposto por Mary Del Priore; A pobreza e as classes subalternas abordado por Maria Carmelita Yazbek; O trabalho sócio educativo e a incompletude do saber com Maria Lucia Martinelli; Como resultado compreende-se que a vulnerabilidade da família acarreta influencia na criança.

Palavras-chave: Exclusão¹, Vulnerabilidade 2, Família 3, Criança 4.

ABSTRACT

This study aims to analyze the influence of social exclusion on the family and the child. This study seeks to identify and understand the difficulties faced by the family in situations of social vulnerability. Through subjects on social relations and social service of Marilda Vilela Iamamoto; The heyday of capitalism tackled by Erick Hobsbawm; The social question in Brazil Josiane Soares Santos; The social question and its consequences as maintenance of the capitalist system by Jose Paulo Netto; Employers approached by Robert Castel; Cristina de Oliveira Zamberlam on the issue of family; The understanding of the feeling of childhood according to Philippe Aries; The story of the child in Brazil exposed by Mary Del Priore; Poverty and the subaltern classes approached by Maria Carmelita Yazbek; The socio-educational work and the incompleteness of knowledge with Maria Lucia Martinelli; As a result, it is understood that the vulnerability of the family has an influence on the child.

Key words: Exclusion¹, Vulnerability², Family³, Child⁴.

LISTA DE SIGLAS

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ICH	Instituto de Ciências Humanas
UNIP	Universidade Paulista

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Linha do tempo desenvolvimento da questão social	29
Figura 2	Linha do tempo avanços da legislação referente a criança..	38

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Correlação teórica.....	21
Quadro 2	Etapas.....	23
Quadro 3	Orçamento	24

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma análise sobre a exclusão social como uma das expressões da questão social e sua compreensão como influencia na vida da família e na criança. Também apresenta a atuação do assistente social diante deste cenário como profissional com competências e atribuições para fazer o acesso dos usuários aos seus direitos junto a uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar numa perspectiva de dignidade de vida e cidadania.

O primeiro capítulo está dividido em onze seções que abrange a introdução, o objetivo geral, objetivos específicos, a justificativa, o problema, a hipótese, metodologia, tabela de correlação teórica, etapas de pesquisa, cronograma e tabela de orçamento aplicada no trabalho.

O segundo capítulo está dividido em oito seções que abordam a sociedade capitalista e seu desenvolvimento; O auge do capitalismo; Marcos históricos do capitalismo no Brasil; O desenvolvimento da questão social; Os assalariados e a pobreza; O sentimento da infância e a família; A história dos direitos da criança e o Serviço Social e o código de ética.

O terceiro capítulo está dividido em duas seções referentes a abordagem metodológica da pesquisa e experiências do enfrentamento da exclusão e da vulnerabilidade em diversos países. E o quarto capítulo expõe a conclusão da pesquisa a partir dos estudos realizados.

1.1. Introdução

A exclusão social como expressão da questão social está historicamente presente na sociedade e atinge diretamente a classe subalterna em relação ao que é econômico, mas também ao que diz respeito a sua dignidade, esperança e perspectiva de vida; sendo assim ao se analisar a exclusão social e sua origem deve-se pensar também nas suas consequências na sociedade observando todos os aspectos das dificuldades de acesso aos direitos e a cidadania.

Diante da relação entre as classes sociais e suas consequências na sociedade derivadas do conflito dessa relação, compreende-se que esta gera grandes dificuldades e problemas sociais como a desigualdade, a pobreza e a exclusão influenciando assim a vida da classe trabalhadora de forma a agravar sua situação de vulnerabilidade social, afetando não somente ao trabalhador, mas também a sua família.

O assistente social como profissional que tem sua atuação voltada ao compromisso com a classe subalterna tem competência e capacidade de trabalhar na protagonização e alteração deste cenário a partir da concepção de direitos e cidadania juntamente com outros profissionais em um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar.

A partir da análise da exclusão social na família e sua influência na criança busca-se identificar as dificuldades enfrentadas pela família em situação de vulnerabilidade social e formas para o seu enfrentamento. O Assistente Social como profissional que lida principalmente com a classe trabalhadora tem como competência a criação de projetos que os beneficiam em relação à garantia de direitos e ao exercício da cidadania.

No primeiro capítulo foi criado um projeto voltado a influência da exclusão social no âmbito familiar e sua influencia na criança. No segundo capítulo foi estruturado o tema do projeto de pesquisa que é a exclusão social com ênfase à situação da criança em famílias vulneráveis socialmente, partindo do antagonismo entre as classes sociais e da pobreza que afetam a vida das famílias em situação de vulnerabilidade social atingindo a criança. Através das fundamentações teóricas

sobre as relações sociais e o serviço social, o capitalismo, a questão social no Brasil, os assalariados, a questão da família, a compreensão do sentimento da infância, a história da criança no Brasil, a pobreza e as classes subalternas. A partir das referências dos capítulos I e II foram levantados dados referentes as formas de enfrentamento das manifestações da questão social no mundo estruturando assim o terceiro capítulo.

Diante deste contexto e da compreensão da relevância de estudo deste assunto esta pesquisa tem por objetivo contribuir com a profissão do Serviço Social e com luta pelos direitos da criança. De forma a possibilitar a percepção e importância da criança inserida no contexto de exclusão social na concepção de que as políticas públicas sejam cada vez mais condizentes com a realidade dessas famílias que se encontram nesta situação.

Capítulo 1: Pesquisa em Serviço Social – vulnerabilidade e exclusão

Decorrente da relação antagônica entre as classes sociais a exclusão social e a vulnerabilidade esta historicamente presente na sociedade e suas consequências se agravam ainda mais na classe subalternizada afetando a vida do usuário e de seus dependentes uma vez que as condições de vida e sobrevivência enfrentam todas as dificuldades geradas pela desigualdade social tais como a pobreza, preconceitos entre outros.

É a partir das políticas públicas como dever do Estado que o assistente social passa atuar junto com essas famílias priorizando o acesso a seus direitos no enfrentamento da vulnerabilidade social, partindo também da compreensão de que não cabe a categoria do Serviço Social resolver ou superar a questão da pobreza, mas que é possível melhorar a vida dessas famílias numa perspectiva que vai além de acesso a bens e serviços, e sim numa perspectiva humana no fortalecimento da família como protagonista de sua própria história.

Tema: Exclusão social

Delimitação do tema: A criança em famílias vulneráveis socialmente

A partir da análise da influencia da exclusão social no âmbito familiar e principalmente como esta se manifesta e interfere na vida da criança busca-se identificar e compreender as dificuldades enfrentadas pela família em situação de vulnerabilidade e exclusão social e formas de contribuição para seu enfrentamento.

1.2 Objetivo geral

Analisar a exclusão social, a partir da família na atualidade e a sua influencia na criança bem como o campo de atuação profissional do assistente social.

1.3 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a atuação do assistente social em relação a família.
- b) Identificar as situações que afetam a criança em relação a seu desenvolvimento psicossocial.
- c) Mapear as dificuldades enfrentadas pela família em situação de vulnerabilidade na assistência a criança.
- d) Mapear a política de assistência de proteção aos direitos da criança em famílias vulneráveis socialmente.

1.4 Justificativa

O tema foi escolhido por se tratar de uma questão social muito vigente na sociedade visto que as famílias vulneráveis socialmente vivem muitas vezes com seus direitos violados ou à falta de acesso a bens e serviços e com a dignidade humana comprometida; Diante disso a criança como ser em desenvolvimento é influenciada negativamente no processo de sua construção como ser social.

A intenção deste estudo é buscar a compreensão sobre a situação da criança em famílias vulneráveis socialmente, para que através de políticas sociais e da importante atuação do Serviço Social e outros profissionais possam ser elaborados projetos condizentes com a realidade em que elas vivem, contribuindo com a sua protagonização e de sua família.

Diante da questão da pobreza e da exclusão social e suas consequências no âmbito familiar, como resultado do antagonismo entre as classes sociais é de grande relevância para a formação do profissional e sua prática a análise de sua manifestação na sociedade, assim como formas de seu enfrentamento.

1.5 Problema de pesquisa

A exclusão como um problema social atinge a família em situação de vulnerabilidade e acarreta a venda da força de trabalho de todos os seus membros, afetando assim a criança.

Quais as formas de enfrentamento das dificuldades encontradas em relação a criança como sujeito de direitos em famílias vulneráveis socialmente?

1.6 Hipótese

A autonomia que o Assistente Social tem na elaboração e implementação de projetos voltados ao compromisso com a família e a criança em situação de vulnerabilidade e risco, juntamente com demais profissionais em um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, contribuirá com o enfrentamento da exclusão social.

1.7 Metodologia

Segundo Demo (1987) metodologia é como fazemos a ciência, são as formas e caminhos aos quais utilizamos para compreender a realidade usando teoria e prática.

Assim como sinalizado por Severino (2014) a ciência é uma construção de conhecimento tendo como base a formação histórica e teórica tendo como principal ferramenta a metodologia e a técnica. A metodologia do trabalho científico tem suas diretrizes universais, presente na comunicação de informações científica, diferenciando-se conforme sua natureza, seus objetivos e suas determinações de acordo com a área do saber.

Chizzotti (2018) caracteriza a pesquisa como investigação do homem e seu mundo, por meio da observação e reflexão dos problemas enfrentados por ele em busca de formas para seu enfrentamento. A pesquisa social segundo Gil (1999) é uma contribuição para a compreensão da realidade social através de novos conhecimentos.

A coleta de dados é onde o pesquisador levantara informações sobre o objeto pesquisado por meio de ações como a realização do questionário, da entrevista e outros tipos de dados necessários para a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é definida por como realizada por meio de conteúdos já criados como livros, e artigos. A pesquisa documental tem suas características parecidas com a pesquisa documental, mas é realizada por meio de documentos que podem ser de primeira mão e de segunda mão com ou sem tratamento analítico. Assim por meio da utilização de livros, artigos, leis, registros estatísticos e imagens o trabalho se qualifica como pesquisa bibliográfica e documental caracterizado conforme Gil (2010).

Chizzotti (2018) sinaliza que para realização da pesquisa existem alguns instrumentos aos quais direcionam a pesquisa. O questionário é um instrumento utilizado com objetivo de levantar informações para a pesquisa por meio de questões ligadas a ela, podendo ter questões fechadas ou abertas exigindo planejamento em sua execução como forma de qualificação do trabalho Chizzotti (2018). Já a entrevista também utilizada como instrumento para o levantamento de dados é compreendida como a comunicação entre o pesquisador e a pessoa que fornecera a informação segundo Chizzotti (2018) ela pode ser livre, estruturada ou semi-estruturada.

Gil (2010) destaca que a entrevista tem alguns cuidados para serem seguidos como: Definição da modalidade da entrevista (aberta, guiada, com pautas, ou informal); Quantidade de entrevistas; Seleção de informações e a negociação da entrevista.

Gil (2008) caracteriza o estudo de caso como aprofundamento do estudo do que esta sendo pesquisado obtendo um conhecimento ampliado e com mais detalhes. O autor também aponta que a tabulação é o agrupamento e contagem dos casos para analise segundo ele existe dois tipos de tabulação (simples e cruzada).

1.8 Tabela de correlação teórica

Autor	Referencia	Fundamento
Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho	Relações sociais e serviço social no Brasil (2013)	O livro enfoca as relações entre as classes sociais e o antagonismo existente entre elas.
Jose Paulo Netto	Capitalismo monopolista e serviço social (2006)	O autor apresenta o desenvolvimento do capitalismo e suas manifestações na sociedade.
Mary Del Priore	A historia da criança no Brasil (1999)	O livro destaca a situação das crianças no Brasil e como ela era vista na sociedade.
Philippe Ariès	Historia Social da criança e da família (2014)	O livro apresenta a compreensão do sentimento da infância e suas particularidades como ser em desenvolvimento.
Maria Carmelita Yazbek	Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento (2012)	A autora expõe a pobreza como manifestação da questão social e suas consequências na classe trabalhadora.

1.9 Etapas de pesquisa

- 1º Etapa Debate temático:

Nesta etapa os pesquisadores se reuniram para discussão do tema, definindo problema, hipótese, e objetivos da pesquisa.

- 2º Etapa Orientação científica:

Nesta etapa os pesquisadores se reuniram com o orientador para fazer o roteiro da pesquisa bibliográfica e orientação para realização do estudo.

- 3º Etapa Elaboração do projeto de pesquisa:

Nesta etapa os pesquisadores criaram um projeto referente ao tema com a orientação do professor.

- 4º Etapa Pesquisa bibliográfica:

Nesta etapa foram utilizados vários autores para aprofundamento da pesquisa. Partindo da interpretação de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho sobre as relações sociais, Erick Hobsbawm sobre o auge do capitalismo, Josiane Soares dos Santos sobre a questão social no Brasil, Jose Paulo Netto sobre o pauperismo, Robert Castel sobre os assalariados, Maria Carmelita Yazbek sobre a pobreza, Phillippe Ariés sobre a compreensão do sentimento da infância, Mary Del Priore sobre a história da criança no Brasil e Cristina de Oliveira Zamberlam sobre a família.

- 5º Etapa Pesquisa documental:

Nesta etapa os pesquisadores buscaram documentos relacionados ao tema utilizando livros e sites.

- 6º Etapa fundamentação teórica:

Aprofundamento de assuntos referentes ao tema de estudo por meio de autores que abordam sobre o tema.

- 7º Tabulação de dados:

Nesta etapa os pesquisadores utilizaram a tabulação de dados para organização dos dados.

- 8º Elaboração de instrumentais:

Nesta etapa os pesquisadores qualificaram as coletas de dados por meio da elaboração de instrumentais para o levantamento de dados.

1.11 Tabela de orçamento

Recurso	Descrições	Valor
Internet	Utilização de internet em lan house	76,00
Gastos pessoais	Alimentação	148,80
Gastos rodoviários	Deslocação para realização da pesquisa	158,00
Impressão	Impressão do trabalho	220,00
Encadernação	Encadernação do trabalho para a entrega	60,00

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo relata o referencial teórico utilizado no trabalho, com a finalidade de se obter referências de autores com relação aos assuntos abordados. Está dividido em oito seções: seção 1, Sociedade capitalista e seu desenvolvimento, seção 2, O auge do capitalismo, seção 3, Linha do tempo: Marcos históricos do capitalismo no Brasil, seção 4, Desenvolvimento das questões sociais, seção 5, Os assalariados e a pobreza, seção 6, O sentimento da infância e a família, seção 7, A história dos direitos da criança e seção 8, Serviço social, Código de ética e a lei de regulamentação.

2.1 Sociedade capitalista e seu desenvolvimento

Anteriormente na Era do feudalismo a sociedade era dividida em diferentes grupos sociais. O poder econômico estava na posse de terras pertencentes a nobreza. Os camponeses trabalhavam nas terras dos nobres com a agricultura, prestando serviços em troca de segurança e moradia. O clero estava ligado à religião e ao controle das manifestações sociais (o poder da Igreja Católica predominava sobre a sociedade). Com o surgimento da comercialização marca-se o início do capitalismo como novo sistema social, finalizando a Era feudal.

Em O Capital de Karl Marx apud Castel (2015) é relatada a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista:

Realiza-se de dois modos: o produtor torna-se comerciante e capitalista; opõe-se à economia natural agrícola e ao trabalho manual organizado em corporações da indústria urbana medieval. Tal é a via efetivamente revolucionária. Ou então o comerciante apropria-se diretamente da produção. (Marx, Le Capital, III, 4ª seção, cap. XIII apud Castel, 2015, pg 169).

O capitalismo é um sistema econômico cujo objetivo é a constante busca pelo acúmulo de riquezas e controle social. Ao se iniciar a compreensão do

desenvolvimento da sociedade capitalista e suas conseqüências, deve-se observar primeiramente seu movimento histórico e suas influencias nas relações sociais.

A relação existente na sociedade capitalista é historicamente caracterizada por um processo de produção, no qual, uma minoria detém o capital necessário para a produção e uma maioria detém a força de trabalho necessária para a mesma. O homem como um ser social busca dentro desta relação garantir suas condições de vida e sobrevivência, a classe trabalhadora que possui a força de trabalho se submete a venda desta força como forma de manter sua sobrevivência e de seus dependentes, passando a produzi-la e reproduzi-la socialmente. Assim como afirma lamamoto (2013).

Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios e os necessários a sua produção. Quando o trabalhador esta desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. (lamamoto, 2013, p. 45).

Esse processo de produção e suas relações dentro da sociedade instigam a formação de uma divisão social definida pelas condições econômicas, ou seja, o status econômico determina a identidade social. A relação social tende-se ao capital e o processo de produção, ao passo de não ser dissociada na sociedade. Portanto o modo de produção capitalista não se trata apenas de posse de terras e de acumulo de riquezas, mas também da convivência entre as classes sociais.

Conforme lamamoto (2013) este antagonismo entre as classes sociais tem como ponto determinante o capital. Para a obtenção do acumulo de capital aqueles que possuem os meios de produção passam a usar a força de trabalho e em troca oferece o salario, apesar de o trabalhador produzir um valor maior à mercadoria ele recebe um valor abaixo daquele que o capitalista obtém o que lamamoto sinaliza como apropriação do trabalho excedente usufruindo do trabalho não pago caracterizando assim a mais-valia imposta aos trabalhadores; Assim o operário trabalha por um salário que mascara a desigualdade existente entre as classes sociais.

2.2 O auge do capitalismo

Os anos dourados apontado por Eric Hobsbawm (1995) retrata de certa forma o auge do capitalismo em que através da análise da história é possível compreender na atualidade que a Era de ouro pertenceu aos países capitalistas desenvolvidos, porém foi um fenômeno mundial. Pois países desenvolvidos como EUA tinham a maior parte dos meios de produção, mas ainda assim, havia uma mudança na economia do mundo.

No entanto esta mudança era mais evidente em países subdesenvolvidos do que em países desenvolvidos, o que dava a impressão que a parte socialista do mundo que havia aumentado recentemente levasse vantagem.

A era de ouro ocorreu em meados do século XX e foi uma época em que o mundo industrial se expandia em toda parte, nas regiões capitalistas, socialistas e no terceiro mundo, mas apesar do fenômeno gerado pela Era do ouro, a riqueza gerada não atingia a maioria da população.

Diante das novidades de produtos revolucionários, houveram grandes transformações e mudanças na vida das pessoas, tanto no mundo com mais poder aquisitivo, quanto no mundo daqueles que tem menos. Esses bens e serviços passaram então a serem indispensáveis na vida das pessoas. Esse mercado de bens e consumo deu origem a economia mista, a intenção do mercado capitalista era abranger cada vez mais consumidores.

As transformações na economia eram frutos também da revolução tecnológica, onde eram feitos grandes investimentos para o capital, onde cada vez precisava-se menos de mão de obra e cada vez mais de consumidores.

Essa economia mista tornou-se favorável ao Estado que tinha mais facilidade ao exercer o controle uma vez que tudo estava mais organizado e democrático. A Era de ouro democratizou o mercado, o pleno emprego era considerado, os patrões não se importavam em pagar um salário justo desde que não viesse a comprometer os lucros e o Estado assumia o papel da previdência.

Mas mesmo com toda essa democratização do mercado e avanços na agricultura, manufatura e produção em massa, o problema do mundo desenvolvido era a grande quantidade de alimentos produzidos que sobravam, por este motivo, alguns países desenvolvidos começaram a produzir menos ou a vender mais barato

os produtos acumulados, afetando os países mais pobres, mas ainda assim, a contradição permanecia.

2.3 Linha do tempo: Marcos históricos do capitalismo no Brasil

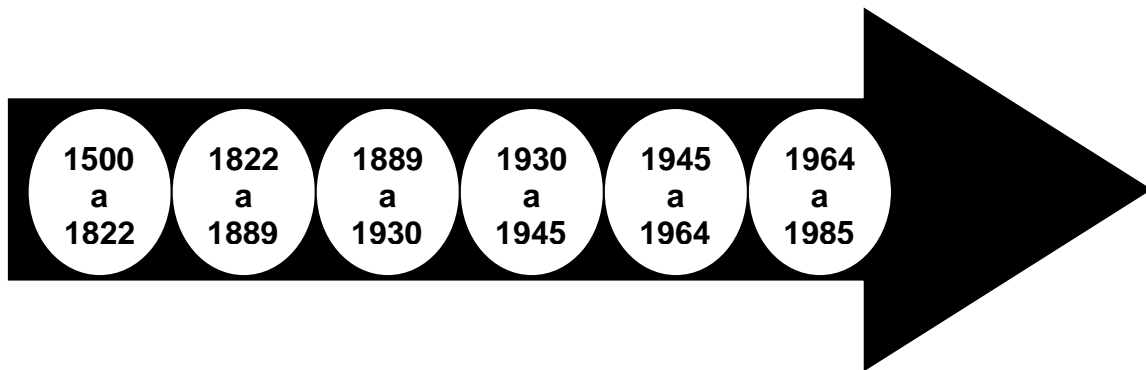
Ao tratar da questão social no Brasil, Santos (2012) relata algumas particularidades. Destacando que a questão social no Brasil trás resquícios de seu passado e a compreensão da questão social como consequência da exploração da força de trabalho pelo capital, torna-se indispensável compreender a história da formação do capitalismo no Brasil.

O Brasil é marcado por um passado colonial - escravista conservador, o que de certa forma contribuiu para o desenvolvimento da exclusão social; Nos anos de 1.940 a 1.950 houveram grandes avanços nos processos de industrialização, havendo a necessidade da mão-de-obra para a formação desse mercado de trabalho.

Nesta época o aumento da urbanização a maior parte população rural migrou para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, mas a maioria da população não foi incorporada e contratada como trabalhadores assalariados sendo excluídos e marginalizados. Assim a maioria da população brasileira foi excluída do mercado de trabalho e os europeus passaram a ocupar os postos de trabalho.

No decorrer do avanço das indústrias e do capitalismo frente à luta de classes no Brasil e determinante das relações entre capital X trabalho é que a cultura política é considerada conservadora e dominada pela burguesia, uma vez que tem resquícios de uma sociedade escravista que não esta disposta em perder seus privilégios.

Para compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Santos (2012, pg 67-92) aponta alguns marcos históricos:



¹1500-1822: Brasil Colônia

²1822-1889: Período Monárquico

³1889-1930: Republica Velha

⁴1930-1945: Primeiro Governo Vargas

⁵1945-1964: Período republicano democrático

⁶1964-1985: Ditadura militar

1500 a 1822 no Brasil colônia destaca-se o inicio da formação social brasileira baseada na Colônia de Portugal seu fim marcou o capitalismo comercial para o industrial; De 1822 a 1889 a autora divide o período monárquico entre instituição 1822 a 1850 e consolidação 1850 a 1889 sinalizando os conflitos políticos e econômicos; Em 1889 a 1930 na republica velha surge o presidencialismo, responsabilização do Estado pelo que a Igreja exercia, o trabalho assalariado como regime, economia exportadora baseada na exploração da força de trabalho e conflitos, a primeira fase da consolidação do capitalismo no Brasil como nova ordem econômica; De 1930 a 1945 o primeiro governo Vargas foi caracterizado como a segunda fase da constituição do capitalismo no Brasil “*industrialização restringida*” com o desenvolvimento da indústria, o populismo, o surgimento da legislação trabalhista como controle ideológico; Em 1945 a 1964 no período republicano democrático marcado economicamente, politicamente e socialmente pelo controle do Estado, o que Santos (2012), sinaliza como a terceira fase da

consolidação do capitalismo no Brasil a “*industrialização pesada*”; Em 1964 a 1985 o golpe militar com intervenção política referente ao Estado, aumento das desigualdades e intensificação de disputas políticas.

2.4 Desenvolvimento da questão social

No estudo realizado por Santos (2012), a partir de Marx é possível compreender como foi o desenvolvimento da questão social no mundo capitalista. É fato que a obra O Capital de Marx citado por Santos (2012), despertou em boa parte dos assistentes sociais o senso crítico da economia política.

A origem do desenvolvimento da questão social ocorre pelo processo de acumulação, produção e reprodução do capital. É possível compreender esse processo através do avanço tecnológico e inovações no mercado de trabalho, que oportunizaram rapidez e eficácia com conseqüente aumento na produção. Destacando que a tecnologia não é necessariamente a culpada pelo desemprego ou pela massa sobrando de trabalhadores no mercado. Isso poderia ser um equívoco, pois a evolução tecnológica trouxe muitos benefícios, entre eles a diminuição na quantidade de horas de trabalho por dia. Mas isso para o capitalismo não era relevante, quando o foco era manter a valorização do capital; A intenção do capital não era produzir o necessário para as necessidades humanas e sim o excedente supervalorizando o capital.

Tendo como base o estudo de Santos (2012) desse modo o tempo excedente que o trabalhador levaria para produzir a mercadoria é considerada a mais-valia. O trabalhador então era explorado nas suas horas trabalhadas, o que fazia com que o mercado não contratasse mais trabalhadores, formando uma massa de sobra de mão de obra. E por esta ocasião os patrões conseguiam controlar os salários e mantê-los em valores baixos.

Dessa forma esses salários não davam conta para que o trabalhador conseguisse suprir devidamente as necessidades próprias e de sua família e ainda pior era a situação daqueles que não tinham lugar no mercado de trabalho. Com isso então fez emergir o pauperismo entre outros fenômenos atribuídos que fez surgir a questão social.

Há uma destinação da pobreza oriunda do capitalismo e da pobreza anterior ao capitalismo que era determinada pela divisão entre as classes e ressalta que naquela época a falta de tecnologia prejudicava muito, tanto nos meios de produção como na vida da população, uma vez que a produção agrícola era atacada por pragas, acabando assim com a produção, gerando fome e epidemias no "velho mundo".

A questão social não é produzida apenas pelo pauperismo, ela implica na questão da relação entre os trabalhadores e os que detêm os meios de produção de certa forma estão juntos nesse processo de produção de riqueza, mas que essa riqueza final não chega ao alcance desses trabalhadores.

Para compreensão da historia da questão social, Santos (2012) se atem aos cuidados de análise da questão social, por se tratar da complexidade das relações sociais. Mas é fato que em meio aos fenômenos observados o pauperismo e a luta do proletariado contra a burguesia são fatores que se destacam.

Uma das estratégias da burguesia nessa época foi a expropriação de camponeses de suas terras. O intuito era de que dessa maneira esses camponeses sem suas atividades virariam mão de obra barata para o capitalismo. Contudo essa situação não agradou aos governantes, não que eles se importassem com os camponeses, mas a preocupação era com a redução dos impostos arrecadados a coroa e com o medo da desordem social. Sendo assim os camponeses já não tinham mais as terras e não eram donos do produto. Mas trabalhavam na produção e essa forma de trabalhar em cooperação e no mesmo local produzindo o mesmo produto dava início ao capitalismo.

Conforme Santos (2012) desse modo a burguesia tinha os meios de produção, mas queriam também controlar as leis. Não foi sem pretensão que algumas leis foram criadas e nem por acaso, leis essas que não favoreciam ao proletariado, como manter baixos salários e alta jornada de trabalho e a valorização da mais-valia com intuito da acumulação primitiva. Portanto a questão social não é um processo natural e sim uma consequência do capitalismo.

Devido ao despertar da consciência dos trabalhadores por sua precária situação, as primeiras manifestações contra a exploração capitalista aconteceram antes de 1.830, o ocorrido era que esses trabalhadores não tinham uma organização e liderança para que reivindicassem seus direitos, o que levava a manifestações

advindas da emoção sem um raciocínio lógico o que tinha como consequência a violência que acabava afetando a própria classe, por ocorrerem no meio do convívio entre os trabalhadores. Como exemplo as agressões aos imigrantes que representavam ameaça aos postos de trabalho. Porém não tinham a consciência de classe.

No século XVIII a manifestação mais notória do estabelecimento do capitalismo foi o pauperismo que foi o fenômeno mais visível durante o início da industrialização, quanto maior a elevação da produção de riquezas mais ampla a pobreza se tornava, assim como apontado por Netto (2006):

A pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (Netto, 2006, p 153)

Também posteriormente as expressões da questão social são consideradas como fenômenos naturais e necessários para o processo de avanço da sociedade capitalista passando as respostas a expressão social mais priorizando os interesses da burguesia numa concepção conservadora.

Conforme Santos (2012) na primeira década do século XIX, começa uma organização, onde as revoltas dessa vez por parte dos trabalhadores eram contra as máquinas, por acreditarem que vinham também ameaçar seus postos de trabalho. E conforme o avanço do capitalismo e sua exploração foram também se fortalecendo as formas de luta, resistência e organização da classe trabalhadora (operária) e assim surgiram os sindicatos.

No entanto o que faz o despertar para a luta das classes sociais por conta de suas diferenças é a obra de Marx, que em 1.848 traz a questão social. Que é entendida pelos problemas acarretados pela exploração do capitalismo. Esse despertar faz com que amplie as reivindicações dos trabalhadores, agora mais conscientes e engajados na sua luta da exploração do trabalho pelo capital.

No que diz respeito ao Brasil, de fato é preciso se ater em suas particularidades e na constituição e desenvolvimento histórico do capitalismo

brasileiro, mas esta análise do movimento mundial do capitalismo é importante para entender o processo para se chegar na “questão social atual e suas expressões”. No caso da exclusão social é importante entender essa análise principalmente para usar como instrumento de luta a fim do enfrentamento da exclusão social e as demais expressões da questão social.

2.5 Os assalariados e a pobreza

A essência da questão social imposta na sociedade é obtida por meio da relação entre as classes sociais, o mundo do trabalho e a condição de assalariado. A sociedade é formada por grande parte da população com o mínimo para sua sobrevivência, a questão social desde sua origem instiga implicitamente à necessidade de se ter a pobreza como algo necessário para o funcionamento do sistema capitalista, assim como afirma Castel (2015):

Numa formação social em que cerca de metade da população deve contentar-se com reservas mínimas para sobreviver, a pobreza não cria problema verdadeiramente. Mais ainda: ela é aceitável e até mesmo exigida. Esta inscrita nos planos da Providência e é necessária ao funcionamento da máquina social. (Castel, 2015, p. 147)

Com destaque na inferioridade pela condição de assalariado, esta inevitabilidade de se ter a pobreza como necessidade no sistema capitalista, de certa forma acaba por estabelecer na sociedade um lugar determinado pela lógica da classe elitista, aos quais aqueles em situação de vulnerabilidade se encontram a margem da sociedade, isolados socialmente por suas condições impostas pela exploração e dominação de classe, como ressalta Castel (2015).

Os assalariados ocupam quase sempre posições frágeis e incertas: sem condição de assalariado, condição de assalariado fracionada, condição clandestina de assalariado, condição desprezada de assalariado... Acima do vagabundo, mas abaixo de todos aqueles que têm um *status*, os assalariados

povoam as zonas inferiores e ameaçadas de dissolução da organização social. (Castel, 2015, p. 149)

O discurso ideológico capitalista imposto na sociedade gera a alienação como controle social, exigindo do trabalhador um maior empenho, ele passa a explorar e dominar o operário que produz a riqueza necessária para a manutenção do sistema capitalista resultando em uma contradição social: quanto maior o empenho deste operário em vender sua força de trabalho em busca de melhores condições de vida, mais enriquece o capitalista, o próprio operário permaneceu na mesma condição de vida. O sistema capitalista através da exploração tem como consequência a desigualdade e a exclusão da maioria das pessoas na sociedade. Assim como problema das relações há o surgimento da pobreza, como abordado por Maria Carmelita Yasbek (2012).

Assim, abordo a pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. (Yasbek, 2012, p. 288).

A pobreza decorrente da desigualdade social não só como falta de recursos materiais, não diz respeito somente no que é econômico, a renda; Mas sim como algo que também atinge a dignidade, os direitos, perspectiva de vida, de esperança e de afeto. A pobreza é opressora do trabalhador e é produzida pelas contradições entre as classes sociais, sua influencia afeta diretamente não só ao trabalhador, mas também a sua família.

2.6 O sentimento da infância e a família

Destacando que a organização da família e sua vida é influenciada pela relação de desigualdades existentes no movimento histórico na construção da

sociedade, a família como forma de organização busca atender suas necessidades de sobrevivência. Assim como afirma Zamberlam (2001).

Vê-se que a estrutura familiar varia, portanto, enormemente, conforme a latitude, as distintas épocas históricas e os fatores sócio-políticos, econômicos ou religiosos prevalentes num dado momento da evolução de determinada cultura. A família torna-se, assim, o modelo natural para se assegurar a sobrevivência biológica da espécie. (Zamberlam, 2001, p. 35)

Antigamente a família na Era medieval tinha seu vínculo ligado a proteção recíproca, se tornando consistente chegando e subjugando o contrato familiar Zamberlam (2001), sinalizando que a conceituação de família não é a mesma, ela muda conforme a transformação do mundo e da sociedade evidenciando assim seu processo de evolução.

Ariès (2014) relata antigamente o sentimento pela infância não existia a ponto de não ter diferenciação entre a criança e o adulto, participando das mesmas atividades e frequentando os mesmos lugares que os adultos; Diante da alta taxa de mortalidade infantil ele não era tão relevante quanto nos dias atuais. Conforme Ariès (2014).

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (Ariès, 2014, p. 99).

A consciência da particularidade e de sua situação de desenvolvimento na sociedade foi percebida conforme o decorrer do tempo. Através da reforma moral e educacional a criança foi sendo reconhecida socialmente como ser em condição peculiar de desenvolvimento.

Foi a partir desta compreensão deste sentimento que a família, o estado e a sociedade passou a ser responsável por seu desenvolvimento.

A relação familiar envolve todos os aspectos emocionais através da interação entre seus membros, ressaltando a história e particularidade de cada uma por meio de cada componente familiar. A família forma assim valores e normas de interação

segundo Zamberlam (2001) a construção desses valores e crenças forma a estrutura familiar, o que vai chefiar a conduta de seus componentes.

A estrutura social como alicerce da sociedade é construída por meio da interação entre os indivíduos sendo fundamental no processo de desenvolvimento do ser social e esta fortemente relacionada aos contextos históricos, econômicos e políticos de forma que as mudanças nestes contextos interferem na vida familiar, assim as mudanças que ocorrem na sociedade atingem a forma da busca de atender as necessidades básicas de sobrevivência. Zamberlam (2001) ainda destaca as consequências da atuação do Estado com as políticas econômicas e sociais na vida familiar.

2.7 A historia dos direitos da criança

Conforme apresentado no seminário internacional Social Meenting (2018), como artigo científico, algumas leis, diretrizes e normas relacionadas aos direitos da criança foram realizadas sob influência dos Direitos Fundamentais reconhecendo a importância e a necessidade de sua proteção:

Em 1924 a Declaração dos Direitos da Criança em Genebra desenvolve em relação aos direitos da criança alguns deveres de proteção organizada em cinco normas, entre elas a garantia de premissas para seu desenvolvimento, saúde, alimentação, proteção, socorro e educação (Jebb, 2019).

Em 1948 em seu preambulo no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas afirma que qualquer criança sem exceção tem direito a cuidados, assistências especiais e a proteção social (Unicef, 2019).

Em 1959 a Declaração dos Direitos da Criança da Assembleia Geral em seu preambulo proclama direitos para benefício do melhor desenvolvimento da infância, divididos em princípios (USP, 2019).

Em 1969 a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em seu preambulo no artigo 19 há o conhecimento de que qualquer criança tem direito a proteção sob responsabilidade da família, da sociedade e do Estado (CIDH, 2019).

Em 1985 as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores mostra que ainda neste período crianças e adolescentes que cometiam qualquer tipo de crime eram considerados delinquentes (Dhnet, 2019).

Del Priore (1999) expõe o resgate da história da criança no Brasil em especial das crianças que se encontravam expostas e submetidas a riscos e negligências, a história da criança no Brasil denota que os adultos se empunhavam sobre a criança e as instituições não tinham normas propícias para abrigar e acolhe-las, nesta época muitas crianças em função da pobreza eram retiradas de suas famílias por serem pobres o que contraria o seu direito em viver com sua família de origem.

A partir do despertar da situação da criança iniciam-se estudos por essa temática e através de cartas, cartilhas e dialogo com os adultos sobre a criança destacando o silêncio da época em relação a jogos, literatura infantil, educação e saúde.

No século XIX era visível o sofrimento da criança, quando então na Bahia nesse período com o decreto e sancionamento da lei do ventre livre vinha amenizar o sofrimento e o destino das crianças filhas de escravos. No final do século XIX a roda dos expostos na Santa Casa de misericórdia fazia o papel de acolhimento de criança abandonadas como uma espécie de infanticídio.

O código de menores foi criado em 1927 e pautava a proteção aos “menores”, no entanto não foi considerada protetiva e sim punitiva, pois não havia a preocupação na compreensão implicada no sujeito e sim em ajustá-lo à sociedade, uma vez que era visto em situação irregular.

Sendo assim o código de menores tinha caráter punitivo, de repressão, controle e disciplina o menor era visto como menor infrator. Não havia a compreensão do seu processo de desenvolvimento na busca por sua identidade que implica em definir seu caráter social, sexual, ideológico e profissional.

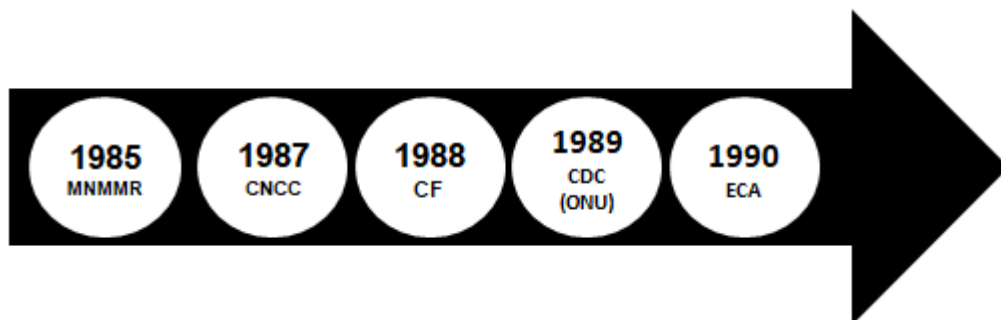
Sua especificidade como pobreza, cor eram vinculados a marginalidade, não eram entendidos como sujeito de direitos. Não tendo opções e soluções, a fim de

oferecer alternativas que venham a fortalecer o seu desenvolvimento como sujeito de direitos.

Então a primeira república, o Estado e a sociedade com o intuito de disciplinar o menor, cria-se a FUNABEM e a FEBEM em 1964, mas ainda como uma norma punitiva ditando regras a punir o menor tido como marginalizado, não como norma protetiva.

A partir de movimentos sociais relacionados a defesa da criança e do adolescente contribuindo nos avanços na legislação. Em 1988 em seu artigo 227 e 228, a Constituição Federal Brasileira, firma direitos as crianças e aos adolescentes em relação à saúde, aos portadores de deficiência, a proteção, a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, ao transporte, ao trabalho, educação, a justiça e a adoção (Constituição Federal, BRASIL, 1988).

Avanços da legislação referente a criança



¹1985 Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

²1987 Comissão Nacional da Criança e Constituinte

³1988 Constituição Federal

⁴1989 Convenção dos Direitos da Criança

⁵1990 Estatuto da Criança e do Adolescente

Fonte: Elaboração pelos autores (2019).

Em 1990 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como marco histórico substituindo o Código de Menores com a proteção integral sob influência dos direitos fundamentais e entre outros documentos referentes a leis, deveres e

obrigações que nos mostra os direitos e deveres da criança e do adolescente após a compreensão de sua situação de peculiaridade, a atuação do Estado, da família e do poder público em relação à saúde, trabalho, segurança entre outros relativos ao seu desenvolvimento compreendendo a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos.

Em 1999 os quatro pilares da educação de Jacques Delors com a educação como a libertação do desconhecido, dominando o contexto, compreendendo a situação do outro e construindo uma concepção emancipatória do ser social. O primeiro pilar da educação é o aprender a conhecer, este pilar está caracterizado como o sentimento positivo da busca pelo conhecimento e está ligado à formação do pensamento. O segundo é o aprender a fazer se caracteriza em por em prática aquilo que conheceu dando a compreensão de como agir diante das situações. O terceiro pilar é o aprender a viver com os outros, relacionado ao saber se relacionar com a sociedade partindo dos valores de respeito ao outro. O quarto pilar é o aprender a ser, diz respeito ao pensamento crítico. A partir da constituição de 1988 e do Estatuto da criança e do adolescente, a criança passa a ser compreendida como sujeito de direitos numa perspectiva de cuidado, proteção e educação pelo Estado, sociedade e pela família; Principalmente priorizando a família e a criança em situação de vulnerabilidade e risco considerando o contexto sócio-histórico da criança e da família.

Em 2004 surgiu o Plano Nacional de Assistência Social ao qual se destina a todos, mas tem como prioridade os segmentos mais pobres direcionada então as famílias em situação de vulnerabilidade e risco como tarefa pública não contributiva no campo da seguridade social, centraliza a família nas políticas sociais também trazendo o conceito de família diante das transformações da sociedade:

O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações

acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família. (PNAS, 2004, pg 41)

Assim a família passa a ser eixo principal nas políticas públicas independente de como se apresenta, destinada aqueles excluídos socialmente e de extrema importância no campo da seguridade no enfrentamento da pobreza reconhecido como tarefa pública das políticas sociais.

2.8 Serviço social e Código de ética.

O Serviço Social é uma profissão voltada ao compromisso com a classe trabalhadora, sua atuação é baseada no enfrentamento das consequências oriundas do conflito entre as classes sociais. A profissão do Serviço Social se constrói no movimento contraditório da sociedade, participa da divisão sócio-técnico do trabalho e através das práticas sociais se caracteriza como operador de direitos, por meio de um projeto de intervenção baseado na lei de regulamentação da profissão ao qual o assistente social está capacitado a realizar; organizar e executar que será realizada ações de intervenção social diante da necessidade de enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade social da família; Dentro das práticas profissionais do assistente social é preciso ter o trabalho socioeducativo, desenvolvendo o trabalho técnico dentro de uma concepção humana. Martinelli (1998) destaca que todo o trabalho socioeducativo tem que ter o saber, conhecimento técnico científico, porém o saber não pode ser colocado como autossuficiente, pois frente a demanda ele é incompleto, necessitando também da intervenção de outras áreas para se alcançar uma atuação mais completa.

O assistente social como agente público trabalha com a aproximação do acesso da população com as políticas públicas principalmente aquelas vinculadas ao território, esta relação com a população e o conhecimento do técnico e do território segundo Santos (2015) como espaço social, é fundamental para a aproximação entre profissional e usuário. O território se destaca como fator importante no trabalho com aqueles excluídos socialmente que se encontram em

situação graves de vulnerabilidade e risco nas regiões onde não acessam os bens e serviços necessários à cidadania, onde não conseguem viver dignamente. Em uma concepção de território como o espaço de convivência social e afeto, o assistente social atuara também na perspectiva da compreensão de como as pessoas vivem, quais a os espaços coletivos de convivência, quais espaços os usuários ocupam, vivem, sentem e percebem. A compreensão do território é essencial para percepção das suas formas de interação, identificando as políticas e serviços que são ofertados aqueles usuários para que haja uma intervenção mais coletiva e eficaz de caráter socioeducativo e de prevenção, trabalhando com as necessidades desse território e também com as potencialidades.

Comprometido com seu Código de Ética e o Projeto Ético Político, o assistente social tem sua atuação focada no atendimento dos interesses da classe subalterna e na protagonizarão do usuário e de sua família.

O Serviço Social desde seu início vem se reformulando, após a Ditadura no Brasil e na luta por democracia e com a avaliação dos serviços prestados pela categoria dos Assistentes sociais e seu comprometimento ético político o Serviço Social foi reconhecido como uma profissão academicamente e legitimada socialmente.

O primeiro código de ética profissional do Assistente Social surgiu em 1.947 seus valores eram construídos pela igreja católica tendo forte vínculo religioso e conservador com ideias positivistas pautado na caridade, responsabilização moral.

O segundo código de ética surgiu em 1965 era acrítico e deu início ao reconhecimento do Serviço Social como profissão e avanços legislativos significantes, mas ainda com influência do primeiro código de ética em relação ao conservadorismo.

No código de 1975 permanece o caráter conservador acrítico e sofre influência da ditadura militar, traz a formação prática profissional, reconhece o Estado como gestor do bem comum e é pautado na neutralidade.

No código de ética de 1986 houve grandes avanços e conquistas para a profissão com enfoque no profissional como operador de direitos qualificado na luta

pelos direitos da classe trabalhadora se retirando do caráter conservador presente nos códigos anteriores.

No código de ética de 1993 há o rompimento da neutralidade a profissão se torna crítica levando em conta os aspectos históricos na análise das contradições da questão social e no conflito entre as classes, lutando a favor da classe trabalhadora na concepção de cidadania e direitos, ressaltando a responsabilidade na relação com o usuário, o sigilo profissional e o compromisso que o profissional do Serviço Social deve ter com o código de ética na sua atuação profissional.

A lei nº8662/93 que regulamenta a profissão promulgada pelo presidente da república no Brasil foi aprovada em 7 de junho de 1993; Ela dispõe em seus artigos sobre o exercício da profissão, sua fiscalização, deveres, direitos e atribuições quanto profissional. Dentre suas atribuições no art. 4º está sinalizado que o profissional tem liberdade na criação de planos, programas e projetos voltados aos usuários do serviço:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social. (Brasília, 1993)

O CFESS Conselho Federal de Serviço Social vinculado ao CRESS Conselho Regional de Serviço Social é uma instituição ligada à orientação, fiscalização e disciplina profissional. Voltado ao compromisso de defesa e exercício do Código de Ética e a realização de ações relacionadas aos interesses da classe subalterna. O CFESS-CRESS organiza o registro profissional, zelando pela dignidade e autonomia da profissão também destacado na lei 8662 da profissão durante o exercício profissional com seu compromisso voltado a classe trabalhadora por meio do projeto ético político na defesa de seus direitos e mudança societária de maior igualdade, dignidade e liberdade.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo relata os dados utilizados no trabalho dividido em duas partes com objetivo de expor a metodologia utilizada.

3.1. Abordagem metodológica do estudo

Para compreender o fenômeno da exclusão social no âmbito familiar que atinge principalmente a criança, e que essa questão social é consequência do sistema capitalista, sistema esse que rege a sociedade atual. Esse trabalho apresenta a trajetória da sociedade capitalista e seu desenvolvimento.

Por meio do estudo de Yamamoto (2013) a partir da compreensão que tudo é regido pela busca da riqueza daqueles que tem o domínio do poder. Na era do feudalismo já havia a divisão daqueles que tinham o poder e aqueles que trabalhavam para manter a sua sobrevivência que eram os camponeses e a nobreza eram os donos das terras em O Capital de Karl Marx apud Castel (2015).

Nesse sentido de divisão de grupos sociais denominado pelo poder caracterizam-se as classes sociais presentes e decorrentes de um sistema capitalista cujo objetivo é a busca pelo acúmulo de riqueza.

Baseando-se nos estudos de Hobsbawm (1995) no século XX ocorre no mundo capitalista o que foi considerado o seu auge, havendo a expansão no mundo industrial o que moveu uma mudança positiva na economia mundial tanto nos países desenvolvidos quanto nos países de terceiro mundo, mas ainda assim a riqueza gerada não chegava nas mãos das classes menos favorecidas.

Ao tratar o capitalismo no caso Brasileiro apontado por Santos (2012) pode-se compreender a especificidade de que se tem grandes marcas de um passado colonial- escravista, conservador o que fortaleceu a exclusão social. E Netto (2006) aborda como as expressões da questão social são consideradas fenômenos naturais ao processo de avanço da sociedade capitalista.

Os assalariados inseridos dentro da sociedade capitalista são uma parte da população que vive da venda da sua força de trabalho obtendo o mínimo para sua sobrevivência. Sendo assim outra parte da população não acessa esse mundo do trabalho e essa massa sobrando é determinante e estrategicamente favorável ao

sistema capitalista por ameaçar aqueles que integram o mundo do trabalho.

A exploração posta pelo sistema capitalista faz com que esse assalariado fique a margem da sociedade por não conseguir suprir suas necessidades, vivendo em situação de vulnerabilidade social e em situação de pobreza que vai além de acesso a recursos materiais, é a perda da esperança e da dignidade humana segundo Yasbek (2018).

Zamberlam (2001) aponta que a família como forma de organização que se desenvolve e se reformula com o desenvolver da história. Na era medieval o conceito de família era associado a proteção recíproco. Através da análise de Ariès é possível compreender o percurso ocorrido para se passar a considerar o sentimento da infância e seu papel de protagonismo e importância dentro da família. A estrutura familiar é formada relacionada aos valores culturais, crenças e os contextos históricos, econômicos e políticos interferem na vida familiar.

No que diz respeito a história dos direitos da criança, é a partir da compreensão do sentimento e história da criança para a sociedade abordado por Ariès (2014) que foram criadas e elaboradas algumas normas de proteção a criança. Del Priore (1999) expõe como a criança era tratada no Brasil destacando o assistencialismo, a caridade e as repressões onde houve alguns equívocos na compreensão da criança e do adolescente que foram se adequando até chegar no ECA.

O Serviço Social atua diretamente nas expressões sociais, a profissão atua a favor da classe trabalhadora. Participa da divisão sócio-técnico do trabalho, tem a lei que regulamenta a profissão que é regida por um código de ética. A partir da Constituição Federal de 1988 e do PNAS (Plano Nacional de Assistência Social, 2004) a família e a criança passam a ter grande destaque nas políticas públicas sendo compreendida como tarefa pública por meio da percepção da importância de ter a família como centralidade das políticas sociais de forma há não fragmentar e fragilizar as famílias em sua interação social. O profissional atuara com a família passando a ser atendida em sua completude principalmente famílias em situação de vulnerabilidade e risco em uma perspectiva de proteção social (MDS, 2004).

3.2. Enfrentamento da exclusão e da vulnerabilidade social no Brasil e no mundo

Desde 1975 A União Européia no processo da luta contra a pobreza, a exclusão social e a discriminação passam a tentar inclusão de resoluções a legislação e o interesse do Parlamento na questão das causas sociais.

Na busca de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social a França lança um plano para 2019 que visa por meio de um investimento minimizar as consequências da precariedade priorizando crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

No Brasil em 2011 foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria para famílias com baixa renda, este plano tem por base a garantia de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva com impacto positivo nas famílias em situação de extrema pobreza.

Também no Brasil em 2014 foi publicado o Atlas da exclusão social, este atlas demonstra por meio de dados os índices de desigualdade e exclusão que se apresentam no país, contribuindo para a compreensão da intensidade da exclusão social no Brasil e a necessidade de formas de seu enfrentamento. Mas apesar de existirem ações voltadas ao enfrentamento da vulnerabilidade e da exclusão social no Brasil ainda são insuficientes frente a demanda.

Um estudo realizado e divulgado pela Fundação Abrinq em 2017 segundo o IBGE 40% de crianças no Brasil vivem em situação de pobreza e 5,8 milhões de crianças vivem em situação de extrema pobreza, com renda familiar mensal de metade do salário mínimo. O trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos aumentou 8,5 mil e 60% das crianças entre 5 e 17 anos trabalham com maior concentração nas regiões nordeste e sudeste.

Por meio da análise da exclusão social, a partir da família na atualidade e a criança como sujeito de direitos a atuação profissional do assistente social esta focada no atendimento dos interesses da classe trabalhadora e a defesa de direitos fazendo o vinculo da população com as políticas sociais centralizadas na família em

sua completude por intermédio do Estado, sua capacidade na execução e implementação entre outras em projetos sociais e juntamente com outros profissionais em um trabalho conjunto como construção coletiva com a família compartilhando potencialidades, saberes e conhecimento busca de forma qualificada o enfrentamento da exclusão social e suas consequências, numa perspectiva de cidadania e emancipação humana.

CONCLUSÃO

Considerando o que foi pesquisado buscamos analisar e compreender as dificuldades enfrentadas pela família e na criança como expressão da questão social a ser tratada como um assunto de grande relevância para o serviço social.

A partir da fundamentação teórica e do levantamento de dados analisamos o desenvolvimento das manifestações da questão social e suas consequências na sociedade destacando a importância do seu enfrentamento frente as dificuldades encontradas pela família em suprir suas necessidades.

Apesar das dificuldades em encontrar planos, programas e projetos voltados ao enfrentamento da exclusão social no Brasil e no mundo, a pesquisa proporcionou um conhecimento mais aprofundado e um resgate histórico do desenvolvimento da questão social, suas manifestações e consequências na sociedade, contribuindo em uma perspectiva de acesso a direitos, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção e trabalho com aqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade e risco.

Através da pesquisa realizada houve uma grande ampliação de conhecimento sobre a temática possibilitando a compreensão da questão social, da família como suporte de seus membros e da criança como também a capacidade do assistente social e outros profissionais de elaborar projetos que venham a contribuir com a protagonização da família e da criança como sujeitos de direitos independente de sua situação.

Tendo a família como alicerce para a criança, pode se concluir que as dificuldades enfrentadas pela família em situação de vulnerabilidade são influenciadas pela exclusão e desigualdade entre as classes sociais ressaltando a relevância da atuação do Estado com a política de assistência apesar de ser insuficiente. O serviço social como profissão direcionada ao atendimento dos interesses da classe trabalhadora e a defesa de direitos faz o vínculo da população com as políticas públicas por intermédio do Estado, sua capacidade na execução e implementação entre outras em projetos sociais e juntamente com

outros profissionais em um trabalho conjunto como construção coletiva com a família compartilhando potencialidades, busca de forma qualificada o enfrentamento da exclusão social e suas consequências, numa perspectiva de cidadania e emancipação humana. Pode-se afirmar que a hipótese foi parcialmente resolvida e que o estudo referente a exclusão social, vulnerabilidade, risco e suas consequências na sociedade abre espaço a possibilidade de novas pesquisas para aprofundamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. **Historia Social da criança e da Família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

CAMARA LEGISLATIVA. **O papel e a importância da participação infantil**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/rita-camata-costa-rica.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. 12 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CFESS. **Código de ética do assistente social lei 8662/93**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10/09/2018.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 16/08/2018.

CFESS. **Lei de regulamentação do serviço social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentação-da-profissão>. Acesso em: 16/09/2018.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**: Cortez, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OXdZDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=o+que+%C3%A9+pesquisa+Chizzotti&ots=JwKODE6ZkJ&sig=SMgQ7O_vpG6RJaGXXxnRWZVWmfY#v=onepage&q=o%20que%20%C3%A9%20pesquisa%20Chizzotti&f=false. Acesso em: 17/08/2018.

CIDH. **Convenção americana sobre os direitos humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 11/03/2019.

CRESS. **Conselho Regional de Serviço Social**. Disponível em: <http://cress-p.org.br/institucional/o-cress-sp/>. Acesso em: 16/08/2018.

CRESS. **O movimento nacional de meninos e meninas de rua e a conquista de direitos: O marco do Movimento Social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DE%20MENINOS%20E%20MENINAS%20DE%20RUA%20E%20A%20CONQUISTA%20DOS%20DIREITOS.pdf>. Acesso em: 13/04/2019.

CRESS/CFESS. **Histórico CFESS/CRESS**. Disponível em: http://www.cressrn.org.br/paginas/historio_cfess_cress. Acesso em: 13/04/2019.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, 1999.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas S.A., 1987.

DHNET. **Regras mínimas das nações unidas para a administração da justiça, da infância e da juventude (regras de beijing)**. (1985). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm. Acesso em: 20/03/2019.

EUROPARL. **A luta contra a pobreza, a exclusão social e a discriminação**. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.3.9.pdf. Acesso em: 16/03/2019.

EXAME. **França dedica 85 bilhões de euros a ambicioso plano contra a pobreza.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/franca-dedica-85-bilhoes-de-euros-a-ambicioso-plano-contra-a-pobreza/>. Acesso em: 14/04/2019.

EXAME. **40% das crianças no Brasil vivem na pobreza mostra estudo.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/40-das-criancas-no-brasil-vivem-na-pobreza-mostra-estudo/>. Acesso em: 15/09/2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GUERREIRO, Evandro Prestes; MARTINS, Mariana de Souza; MELO, Lilian Aparecida de Oliveira; SANTOS, Débora Freitas dos. **A criança em situação de vulnerabilidade social familiar.** Disponível em: <https://www.socialmeeting.info/> Acesso em: 28/09/2018.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 38 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IPED. **Educação e pedagogia.** Disponível em: <https://www.iped.com.br/materias/educacao-e-pedagogia/pilares-educacao.html>. Acesso em: 16/04/2019.

JEBB, Eglantyne. **A História da Heroína que Criou a Declaração dos Direitos da Criança.** Disponível em:

<<http://ultimato.com.br/sites/maosdadas/2013/01/22/ahistoriada-heroina-que-criou-a-declaracao-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 20/03/2019.

MARTINELLI, Maria Lucia; MUCHAIL, Salma Tannus; ON, Maria Lucia Rodrigues. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MDS. **Política Nacional de assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 07/06/2019.

MOBILIZADORES. **O conceito de território segundo Milton Santos**. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/texto-conceito-de-territorio.pdf>. Acesso em: 06/06/2019

NETTO, Jose Paulo; **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PLANALTO. **Convenção sobre os direitos da criança**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 13/04/2019.

PLANALTO. **Lei de regulamentação do serviço social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 16/09/2018.

PORTAL E EDUCAÇÃO. **A origem do estatuto da criança e do adolescente – Portal Educação**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/estatuto/766>. Acesso em: 11/06/2018.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social" particularidades no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SECRETARIA DE GOVERNO. **Inclusão social Brasil sem miséria**. Disponível em: <https://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>. Acesso em: 03/03/2019.

SENADO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_a_sp. Acesso em: 05/08/2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TEORIA E DEBATE. **Atlas da exclusão social no Brasil**. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/estante/atlas-da-exclusao-social-no-brasil-dez-anos-depois/>. Acesso em: 11/03/2019.

UNICEF. **Convenção sobre os direitos da criança – Unicef**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 13/04/2019.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 20/03/2019.

USP. **Declaração dos direitos da criança**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 18/03/2019.

YAZBEK, Maria. **Classes subalternas e assistência social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

YAZBEK, Maria. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Disponível em:

<http://cressm.org.br/files/arquivos/j01k8G2OYc356230ru47.pdf>. Acesso em: 10/04/2018.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.